Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas

Um dos mais antigos templos da cidade, sua construção só se iniciou, entretanto, decorridos muitos anos após a criação da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, que já existia em fins do século XVIII, época em que os ofícios eram celebrados em uma das capelas da ermida de Nossa Senhora das Mêrces, ou do Bonsucesso da qual era protetor o sargento-mor Roque Dias Pereira.

Até meados do século XVIII, o histórico da Ordem Terceira é desconhecido, por falta de registros. A partir de então, criteriosamente, todos os sucedidos foram assinalados em livro existente e rubricado pelo padre Manoel da Trindade, além das referências que lhe faz Antônio Vieira dos Santos, em sua obra Memória Histórica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá. Por tradição, cabia à Ordem realizar a Procissão dos Passos e, de 1790 em diante, também a solene Procissão da Penitência, na Quarta-feira de Cinzas.

Em 1764, em congregação, foi proposta a construção de uma igreja para a Ordem, porém só cinco anos depois é que, efetivamente, as obras tiveram início.

Quase ao findar o século XVIII, foram escolhidos os locais do adro da igreja, do terreno necessário ao noviciado, das oficinas, do claustro, quando já estava pronta a parede à direita da capela-mor, isto é, de seu corpo central. Do lado direito ficava o cemitério, exclusivo para os irmãos da Ordem. Em 1734 foi dada como concluída, mas somente em 1798 foram construídas as tribunas e, em 1813, pintados o altar-mor e os altares laterais. Durante o ano de 1815 a igreja sofreu obras de conservação, reparando-se o consistório, o coro, o campanário e reentelhando-se a capela-mor.

Com o correr dos anos, no século XX, não tendo mais o apoio dos irmãos da Ordem, a igreja, que vivia em função da rica irmandade, começou a deteriorar-se e, vítima de incêndio, perdeu toda a obra de talha de seu interior.

Restaurada pela primeira vez pelo Patrimônio Histórico, de 1965 a 1968, durante os anos de 1983 e 1984 passou novamente por obras de restauração - recomposição da cobertura, limpeza e proteção de elementos de cantaria da fachada externa e substituição do madeiramento - através de convênio que contou com a participação do governo do estado do Paraná.

Abandonada pelo Bispado da Ordem Redentorista de Paranaguá, que não demonstrou mais interesse em manter o imóvel como local de culto, a Igreja da Ordem Terceira passou a ser administrada pela Prefeitura Municipal, que a utiliza como centro de atividades culturais, promovendo exposições de artes plásticas e visuais, encenação de peças, concertos musicais, palestras, cursos, etc.

Integrando o Centro Histórico de Paranaguá, é construção em estilo barroco, muito simples, em alvenaria de pedra. Dividida, interiormente, em nave e capela-mor, possuía dois altares laterais, destruídos, por incêndio. A sacristia ergue-se lateralmente,

Localização: Rua Quinze de Novembro esquina com Presciliano Correa.
Data da construção: 1770-1784.
Proprietário: Mitra Diocesana de Paranaguá
Tombamento estadual: Processo nº222-01/62, Inscrição nº1. Livro do Tombo Histórico. Data: 04/11/1962.
Tombamento SPHAN: Processo nº455-t, Inscrição nº391. Livro Histórico, fl.65. Data: 27/2/1967.

Bibliografia: Arquivos da SPHAN.
Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.
NASCIMENTO JR, Vicente. Paranaguá História, Crônicas e Lendas, Conselho Municipal de Cultura, Paranaguá, 1980.
SANTOS, Antônio Vieira dos. Memória Histórica, Chronologica, Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu Município, Curitiba, 1850.
SAINT-HILAIRE, A. Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina, 1531, São Paulo, 1978.

nos fundos. Na fachada, enquadrada por cunhais e cimalha em cantaria, destaca-se a portada em pedra e, à altura do coro, duas janelas em guilhotina, com requadros em cantaria, divididas em quadrículos, encimadas por vergas encurvadas. Frontão curvilíneo, cruzeiro encimando-o, óculo central e pináculos laterais. Entre as janelas do coro, tarja com as insígnias da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas. A torre, à esquerda da fachada, é construção posterior, datada de 1841. Enquadrada por cunhais em massa e base em cantaria, possui sineiras em arco pleno. É de aspecto atarracado e cobre-a telhado em quatro águas, beiral em beira-seveira.

Igreja de São Benedito

Na vida religiosa da cidade de Paranaguá, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos surge com existência efetiva em meados do século XVIII congregando em seu seio escravos e libertos, que se reuniam na sacristia da igreja matriz - Nossa Senhora das Mercês. A devoção a São Benedito começou em fins do século XVII, e em 1706 foi dada permissão para que se fizesse procissão em sua homenagem.

Segundo seus estatutos, a atual Irmandade de São Benedito foi fundada em 1710 e, na época, sua diretoria era composta de um juiz, uma juíza, um rei, uma rainha, escrivão, tesoureiro, procurador, 12 irmãos de mesa, capitão do mastro e esmoleres. Essa organização, embora sui generis, seguia a tradição de há muito existente em outras regiões brasileiras, nas quais existiam irmandades semelhantes.

No Brasil Colônia a devoção a São Benedito era extremamente popular entre escravos e libertos, e em seu louvor realizavam-se festas religiosas nas quais se mesclavam diversões profanas, remanescentes da cultura africana, sendo o conhecido auto popular das Congadas uma das festas mais representativas.

A Igreja de São Benedito, cuja construção teve início em 1784, ergue-se no mesmo local onde, desde 1701, ficava a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, edificada com material aproveitado da demolição (1699) da primitiva ermida de mesma invocação, que existia na Ilha da Cotinga, desde 1677.

Em 29 de dezembro de 1783 a Irmandade de São Benedito fez termo de ajuste com o mestre pedreiro Matias Gomes da Silva para que, por 400 mil-réis, divididos em três pagamentos, construísse a nova igreja, para tanto aproveitando o material existente e "suprisse o que mais fosse necessário".

Ao ser iniciada a obra da Igreja de São Benedito - o terceiro dos templos católicos da cidade- , Paranaguá contava com cerca de 5.000 habitantes, dos quais 20% eram escravos e 13%, pretos. A base econômica era a pesca, embora fosse intenso o cultivo da cana, da mandioca e do arroz. Existiam, também, muitos alambiques e vários estaleiros.

Anos e anos sem sofrer quaisquer obras de conservação, a Igreja de São Benedito, ao ser tombada em 1962, pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Departamento de Cultura do Estado do Paraná, já se encontrava bastante arrruinada. Três anos depois, o antigo SPHAN aprovava o projeto do arquiteto Cyro Corrêa de Oliveira Lyra e as obras de restauração foram iniciadas, constando de retirada e substituição do forro, substituição da estrutura do telhado e das telhas, renovação do forro e piso da sacristia, tratamento especial para as rachaduras, remanejamento dos pontos de luz, reparos na porta principal e nas janelas da sacristia. A pintura sobre a madeira foi determinada por meio de pesquisas realizadas em laboratório, a fim de se restabelecer a cor e a composição das tintas empregadas originalmente.

As valiosas imagens que ornamentavam os altares foram, também, objeto de cuidadosa restauração, sob a orientação do professor Edson Motta, no Rio de Janeiro.

Localização: Rua Conselheiro Sinimbu.
Autor do projeto: Matias Gomes da Silva (mestre-de-obras). Data da construção: 1784-1793.
Proprietário: Irmandade de São Benedito.
Tombamento estadual: Processo n°002, Inscrição n°222-02/62. Livro do Tombo Histórico. Data: 04/11/1962.
Tombamento federal: Processo n° 455-t. Inscrição n°403. Livro Histórico, fl. 65. Data: 3/8/1967.

Bibliografia: Arquivos do IPHAN.
Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.
Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná, Igreja de São Benedito, Paranaguá, 1967.
LYRA, Cyro Corrêa de Oliveira. Projeto e Proposta de Restauração, Arquivos da SPHAN.
_____."Restauração da igreja de São Benedito" in Revista Arquitetura, n° 72/73. 1968.
NASCIMENTO JR., Vicente. Paranaguá História, Crônicas e Lendas, Conselho Municipal de Cultura, Paranaguá, 1980.
SAINT HILAIRE, A. Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. USP,São Paulo, 1978.
SANTOS, Antônio Vieira dos, Memória Histórica, Chronologica Topographica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu Municipio, Curitiba, 1850.

O retábulo, o altar-mor, duas imagens de São Benedito e um crucifixo sofreram, igualmente, minucioso tratamento e restauração realizados em Paranaguá, pela historiadora e restauradora Beatriz Pellizetti.

Em meados de 1967, estavam concluídas as obras, tornadas possíveis em virtude de recursos financeiros concedidos por: SPHAN, Fundação Educacional do Estado do Paraná, Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Prefeitura Municipal e Administração do Porto de Paranaguá.

Considerada das melhores e mais autênticas edificações populares do colonial brasileiro, integra o Centro Histórico de Paranaguá. Construída em alvenaria de pedra, divide-se em, quatro corpos, sendo o primeiro deles constituído pela nave e coro, o segundo pela capela-mor, o terceiro pela sacristia e o quarto, pela torre.

Suas linhas exteriores são bem simples e na fachada destaca-se, bem enquadrado por cunhais embasados em cantaria e o restante em massa, o frontão curvilíneo, encimado por cruzeiro. Ao centro, óculo lobulado. A portada, com umbrais em cantaria lavrada, encimada por verga e sobreverga encurvadas, se situa sob as duas janelas altas do coro, em guilhotina, e divididas em quadrículos. Requadros em cantaria e vergas arqueadas.

A torre, erguida lateralmente à direita da fachada, é edificação posterior, também em alvenaria de pedra, cunhais com base de pedra e o restante em massa, sineiras em arco pleno coberta por abóbada de tijolos arrematada por coruchéus. Telhado em duas águas cobre o corpo principal e a sacristia da igreja. É boa a proporção obtida entre os cheios e os vazios.

O interior da igreja é, também, simples, e o retábulo e a tribuna são de concepção mais moderna. O primitivo forro da capela-mor, ao que consta, inicialmente pintado com gravuras e flores, tendo nos quatro cantos figuras de anjos, perdeu-se como passar dos anos. No altar-mor está colocada a imagem de São Benedito, orago da igreja e da irmandade.

No pátio lajeado diante da portada, à direita, encontra-se a lápide tumular de Antonio Morato, construtor da primitiva Igreja das Mercês e considerado fundador da irmandade, em 1710.

A imaginária e outros bens da Irmandade

As imagens, obra de autores não-identificados, mas de excepcional qualidade, bem como dois crucifixos (um de madeira do século XIX e outro de prata lavrada do século XVIII), três missais (dois do século XVII e outro do século XIX, restaurados pela seção competente da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro), foram também tombados pelo Patrimônio do Estado (Processos nº 08, 09,10,11,12 e 13, inscrições n°08, 09,10,11, 12 e 13, Livro do Tombo Histórico, 1966)

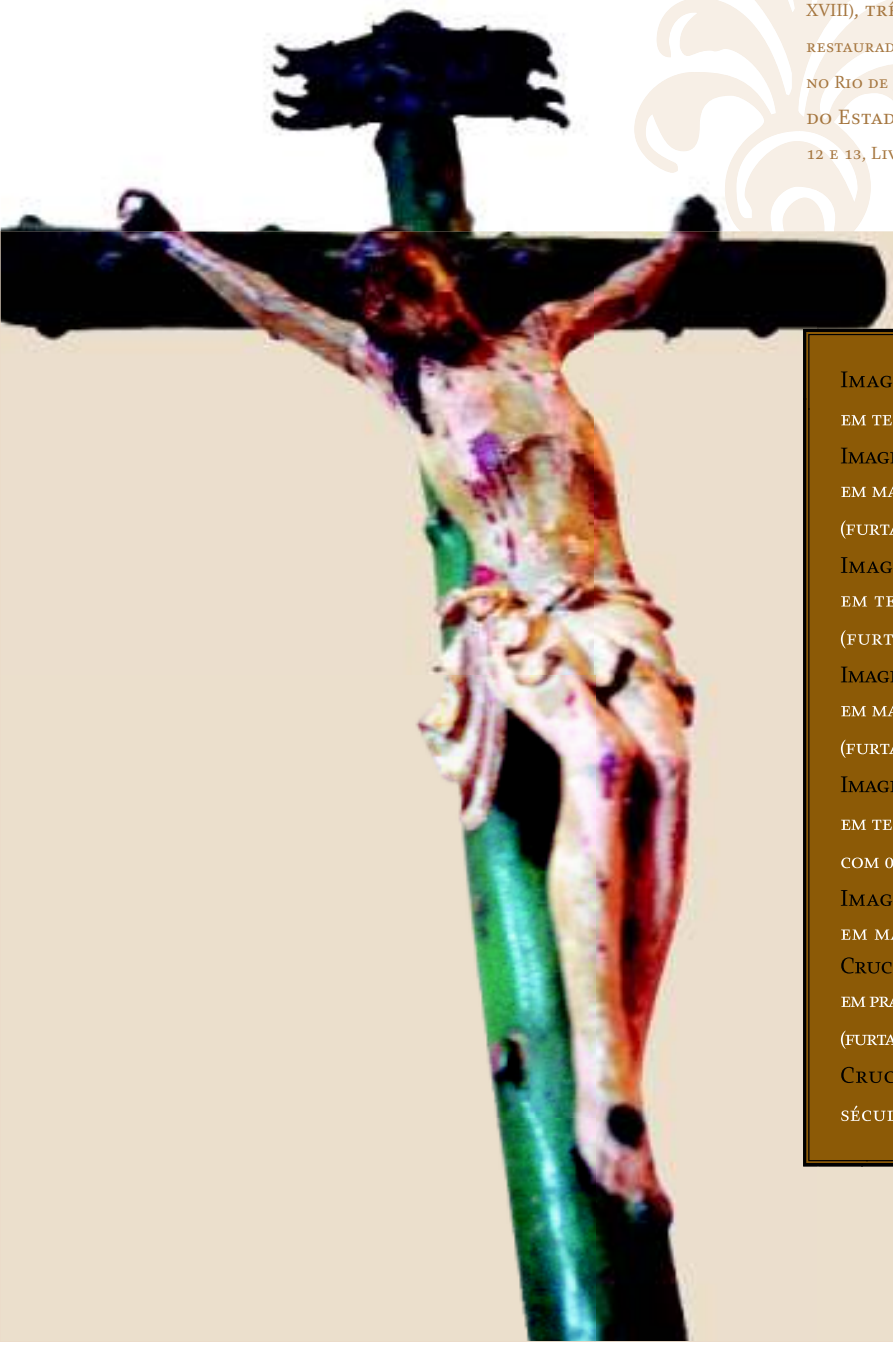


Imagem de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos
em terracota, século XVII, com 0,67m de altura.

Imagem de Santa Efigênia
em madeira, século XVIII, com 0,65m de altura
(furtada em outubro de 1984).

Imagem de Nossa Senhora das Candeias
em terracota, século XVIII, com 0,48m de altura
(furtada em outubro de 1984).

Imagem de Santa Luzia
em madeira, século XIX, com 0,55 m de altura
(furtada em dezembro de 1993).

Imagem de São Benedito
em terracota, com esplendor de prata, século XIX,
com 0,78m de altura.

Imagem de São Benedito
em madeira, fins do século XIX, Com 1,10m de altura.

Crucifixo processional
em prata lavrada, século XVIII, com 0,82m de altura
(furtado em outubro de 1984)

Crucifixo de madeira
século XIX.

Igreja Nossa Senhora do Santíssimo Rosário - Matriz

Conquanto inexistisse documentação que a comprovasse, em 1936 foi gravada no lado esquerdo da torre da igreja a inscrição *"Templum hoc aedificatum 1578"*, o que transformaria esse templo na edificação religiosa mais antiga de todo o Sul do país.

E embora Vieira dos Santos assegure ter sido a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá construída "nos idos de 1578" e refira-se, exaustivamente até, às inúmeras obras e reformas pelas quais passou ao longo do tempo, essa antiguidade é contestada por um sem-número de pesquisadores e historiadores, entre os quais Ermelino de Leão, que afirma, com base em mapa da cidade, feito em 1663, ter havido capela ou ermida sob a mesma invocação, erguida em lugar distinto do atual. São muitas as dúvidas e controvérsias existentes no que respeita à origem do templo, e os relatórios governamentais, a partir de 1856, parecem confirmar a possibilidade de construção de nova igreja, ainda que não esclareçam, em definitivo, se o que ocorreu foi uma reconstrução total, com a ampliação da capela primitiva, ou se esta teria sido demolida para, sobre seus alicerces, ser levantada nova edificação. Mas, quando da reforma que substituiu o centenário piso em tabuado pelo atual em ladrilhos hidráulicos, verificou-se a existência dos embasamentos de outra construção. Difícil se torna, assim, precisar tanto a data ou época da construção, como as características originais da igreja, Por outro lado, convém assinalar que somente em 1725 foi fundada a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá, 77 anos após haver sido o povoado elevado à condição de vila, ano em que, segundo documentação, a "velha Capela estava prestes a ruir", o que motivou pedido da Câmara Municipal ao rei de Portugal, no sentido de que as obras necessárias para a reforma do templo fossem feitas "com ajuda dos cofres reais".

Atualmente, a igreja matriz (agora catedral), dividida em quatro corpos - nave, capela-mor, sacristia lateral e torre (à direita) -,apresenta-se totalmente descaracterizada em relação ao que se acredita tenha sido seu partido original. O excessivo alongamento da torre, de inspiração neogótica, entra em conflito não só com a linha colonial da austera fachada - enquadrada por cunhais de cantaria arrematados por coruchéus e com envasaduras emolduradas por requadros, também em cantaria, e encimadas por vergas e sobrevergas arqueadas -, como também com a escala ainda observada no largo em que está situada, bem como em quase toda a cidade. Saint-Hilaire, quando em 1820 passou por Paranaguá, observou que a igreja matriz possuía "a nave mais comprida que já havia visto em todo o País". De interior inteiramente despojado, no curso de uma das inúmeras intervenções que sofreu teve demolido o arco de pedra que separava a nave da capela-mor e recuado o altar-mor. Também nas empenas laterais abriram-se janelas, com o propósito de melhor iluminar-lhe o interior. Cobre-a telhado em duas águas arrematado por beiral em cimalha.

Localização: Praça Monsenhor Celso.
Proprietário: Mitra Diocesesana de Paranaguá
Tombamento estadual: Processo nº18/67, Inscrição nº18. Livro do Tombo Histórico. Data: 20/10/1967.

Bibliografia: Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.
LEÃO Ermelino de. Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná, Curitiba, 1926/1929.
NASCIMENTO JR., Vicente. História, Lendas e Crônicas Conselho Municipal de Cuitura, Parmaguá, 1980.
SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina, USP, São Paulo, 1972.
SANTOS, Antônio Vieira dos. Memória Histórica, Chronológica, Topográphica e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu Município, Curitiba, Museu Paranaense, 1850.

Instituto de Educação Dr. Caetano Munhoz da Rocha

Criada por lei estadual, a antiga Escola Normal, hoje Instituto de Educação, foi inaugurada em 27 de julho de 1927 pelo Dr. Caetano Munhoz da Rocha, a quem coube a iniciativa desta e de diversas obras públicas no período em que governou o estado (1924-1928). Em 1952 passa a se denominar Escola Secundária Dr. Caetano Munhoz da Rocha e em 1967, Instituto de Educação, mantendo porém o nome do seu fundador.

Implantado em meio de amplo terreno, em nível mais elevado que a via pública, valorizado por escadaria e portão de ferro, o prédio expressa o ecletismo de linguagem neoclássica característico dos edifícios públicos seus contemporâneos. São elementos de peculiar interesse as pinturas de paredes e tetos do hall de entrada, a elegante escadaria de madeira de acesso ao pavimento superior, os vitrais, as esquadrias internas e externas e os pisos de ladrilhos decorados. A organização da planta, em U, cria um interessante pátio circundado de varandas, aos fundos da edificação.

Localização: Rua João Eugênio, esquina com Rua Comendador Correia Júnior. Centro.
Data da construção: 1924-1927.
Proprietário: Prefeitura Municipal.
Tombamento estadual: Processo nº022/90. Inscrição nº112. Livro do Tombo Histórico. Data: 12/09/1991.
Bibliografia: Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

Jazigo da Família Correia

Guarda esse túmulo os restos mortais de personalidade eminentes nos meados do século XIX, na cidade de Paranaguá - **Dr. Leocádio José Correia** - médico, escritor e político, falecido em 18 de maio de 1886.

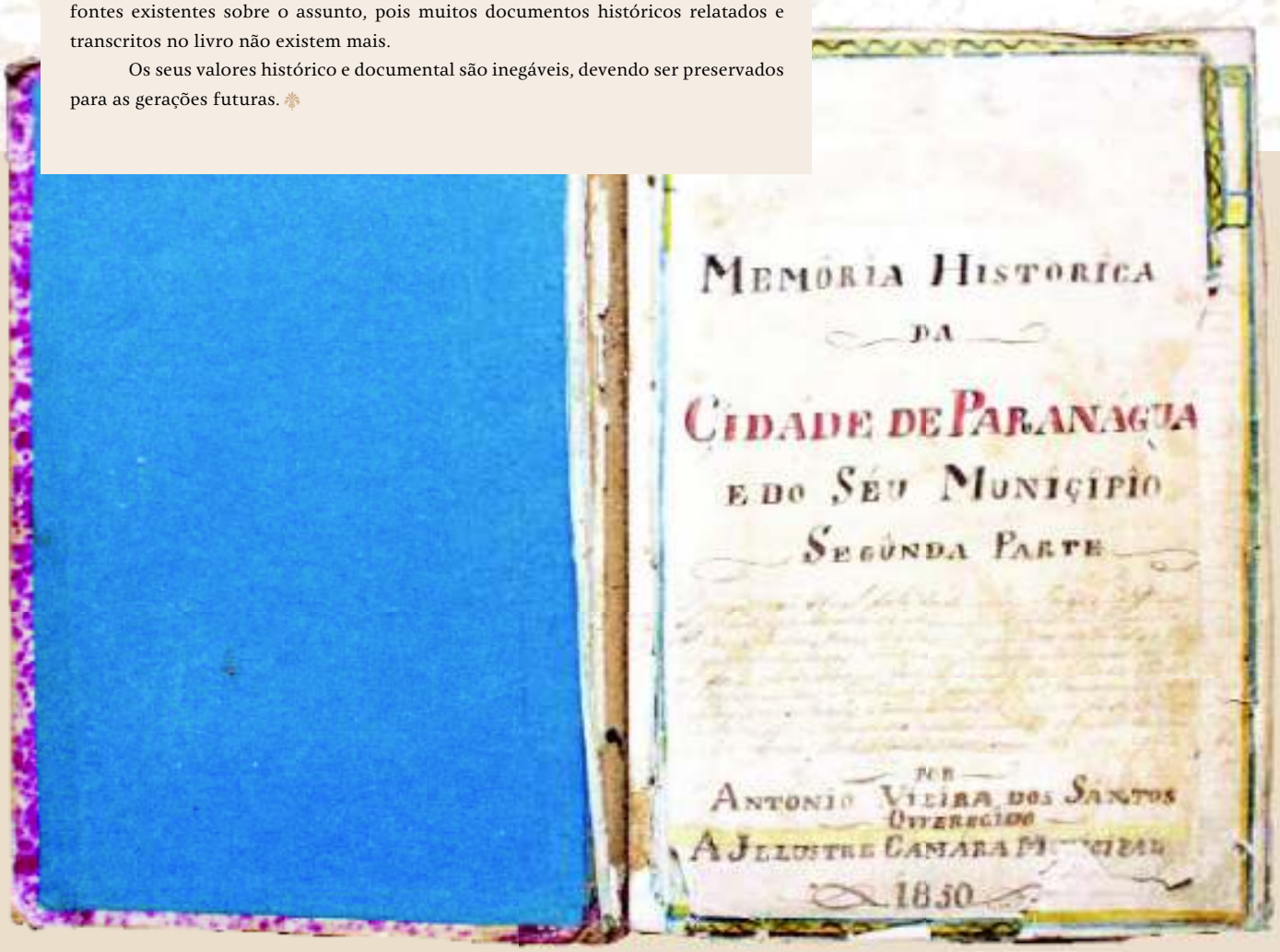
Em termos artísticos, o destaque é o busto do Dr. Leocádio, feito na Itália por encomenda de sua irmã, a baronesa do Serro Azul.

Proprietário: Particular.
Tombamento estadual: Processo nº 001/91. Inscrição nº 111. Livro do Tombo Histórico. Data: 17/05/1991.
Bibliografia: Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

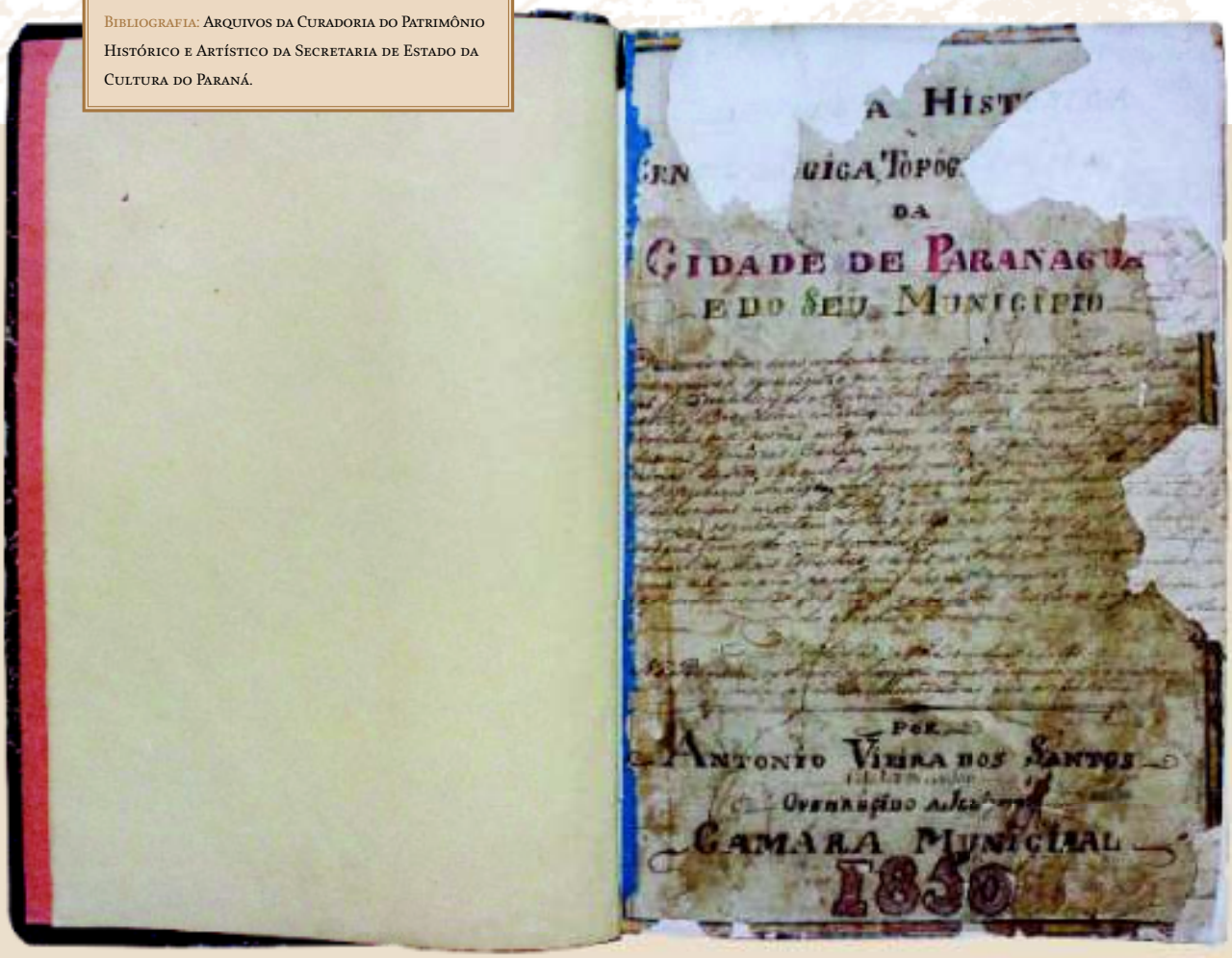
Originais da Obra Memória Histórica da Cidade

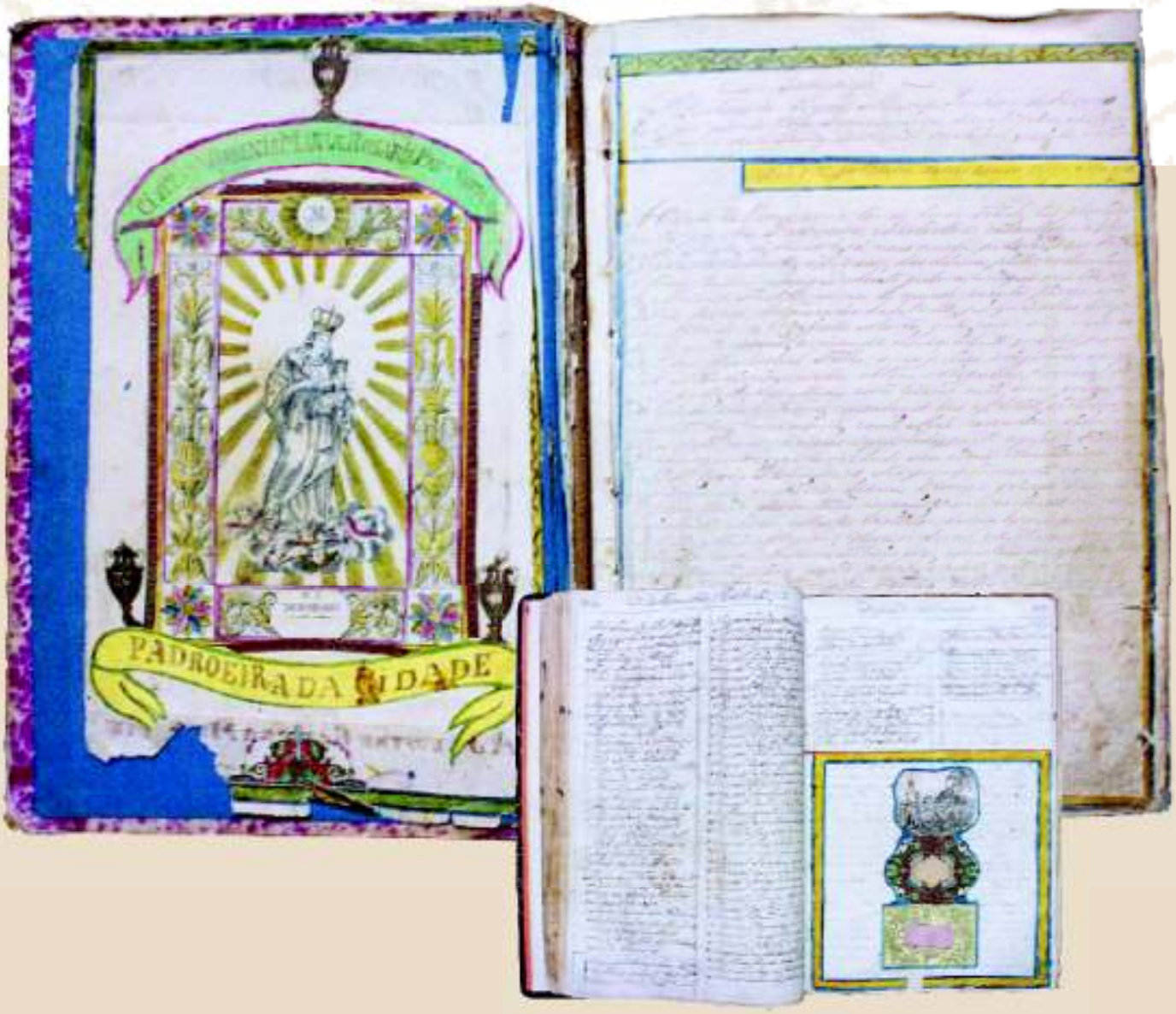
Trata-se dos manuscritos e das ilustrações originais do livro Memória Histórica da Cidade. A história da cidade de Paranaguá, assentamento urbano mais antigo do estado, é contada na obra com muito esmero, e se constitui em uma das poucas fontes existentes sobre o assunto, pois muitos documentos históricos relatados e transcritos no livro não existem mais.

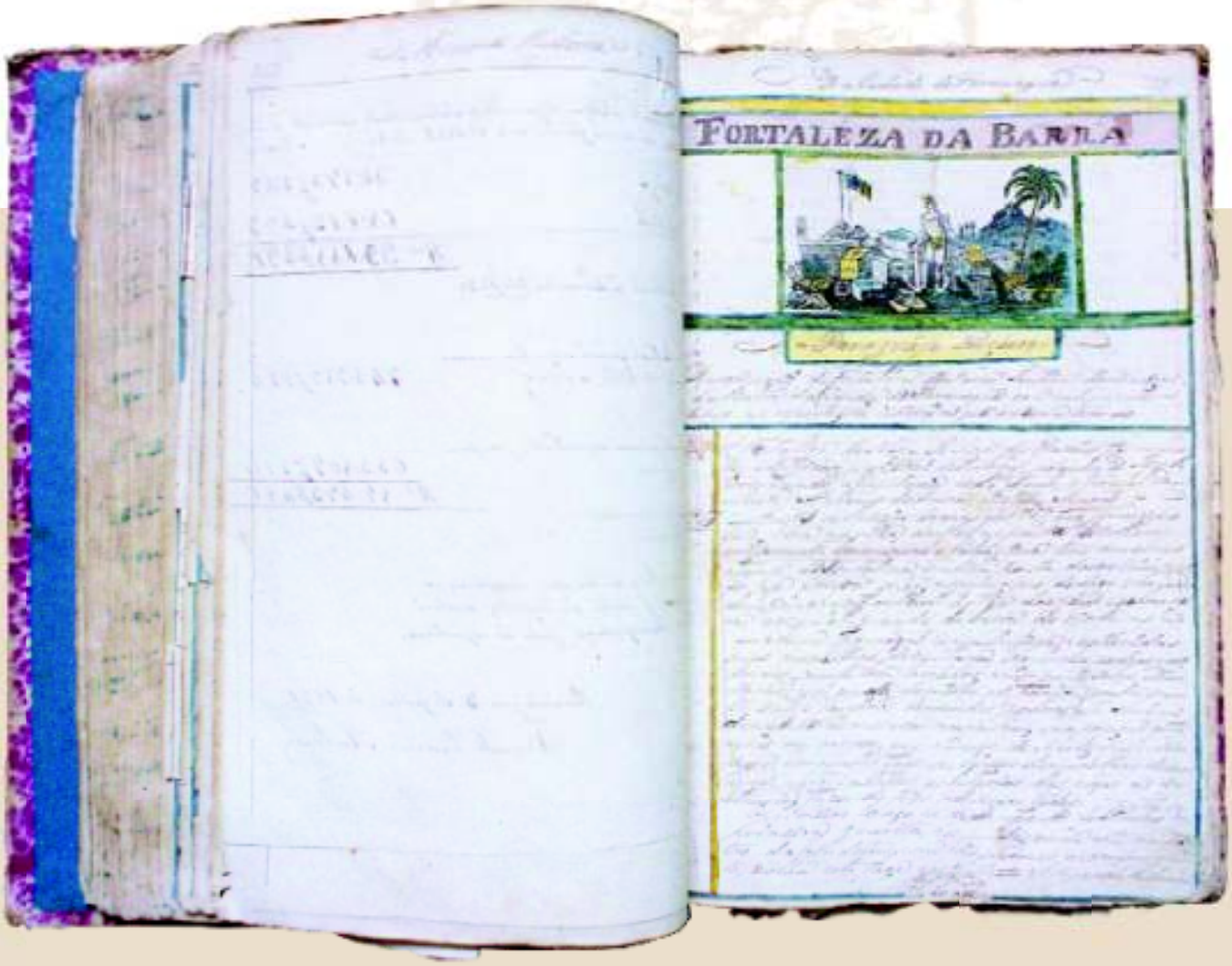
Os seus valores histórico e documental são inegáveis, devendo ser preservados para as gerações futuras.



Localização: Instituto Histórico, Geográfico de Paranaguá - Rua 15 de Novembro, 603.
Proprietário: Instituto Histórico, Geográfico de Paranaguá.
Tombamento estadual: Processo nº01/02. Inscrição nº144. Livro do Tombo Histórico. Data: 17/12/2003.
Bibliografia: Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.




PADROEIRA DA CIDADE


FORTALEZA DA BARRA

Palacete Visconde de Nacar

Após cinqüenta anos de intensas negociações, pela Lei n° 704 de 29 de agosto de 1853, a Comarca de Curitiba foi elevada à categoria de Província, tendo Curitiba por capital. "enquanto a Assembléia respectiva não decidir o contrário". Conquistada a emancipação política, teve início acirrada disputa pela escolha definitiva da capital da nova província. Indiscutivelmente, à época, era Paranaguá a mais importante e próspera cidade do Paraná, mas os fatos parecem indicar que a Corte tudo fez no sentido de enfraquecer o poder político da cidade. Certo é que, entre os anos de 1840 e 1860, sua economia passou a perder para a de Curitiba, não somente em virtude do deslocamento da Ouvidoria, como também pela instalação local de engenhos de beneficiamento da erva-mate. Natural, pois, que uma cidade que culturalmente também estava na vanguarda - havia colégios públicos e particulares, duas escolas de música e uma de latinidade e em 1839, ergueu-se o primeiro teatro, o teatro Paranaguense, onde davam espetáculos companhias do Rio de Janeiro e grupos de amadores locais - almejasse sediar a capital da nova província e que, um de seus mais ilustres cidadãos, o comendador Manuel Antonio Guimarães tenha pensado em construir edificação que poderia, eventualmente, ser utilizado como Palácio do Governo da nova administração. É ainda voz corrente na cidade que Manoel Antonio Guimarães desejava ardentemente que Paranaguá fosse a capital da Província e um paranaguense indicado para a sua presidência. Ele teria até encomedado um retrato a óleo de D. Pedro II para decorar o palacete, pois a presença da figura do Imperador era imprescindível em todas as repartições públicas. Todavia, essa destinação do palacete está mais apoiada na tradição oral do que em fatos históricos, pois nada há que comprove ter sido o imóvel construído com a finalidade de ser oferecido ou vendido à administração provincial. Manoel Antonio Guimarães, que ocupou o cenário, político, econômico e social de Paranaguá durante quase todo o século XIX - nascido em 1813, falecido em 1893 - foi um dos mais empreendedores negociantes do litoral da província e o mais importante exportador de erva-mate. Patriarca de grande família, fruto de dois casamentos, manteve sempre a atitude de um conservador, quer política, quer socialmente, e ocupou um sem-número de cargos, obtendo várias distinções e honrarias, culminando por tornar-se membro da nobreza brasileira. Dentre os cargos que ocupou, figuraram o de Comandante da Guarda Nacional, fundador da Maçonaria, Provedor da Santa Casa de Misericórdia, Deputado Provincial por São Paulo e pelo Paraná, membro do Legislativo Municipal (1857/60 e 1873/76), Vice-Presidente da Província por duas vezes; Presidente da Câmara Municipal, Delegado de Polícia e Juiz Municipal em Paranaguá. Dignatário da Ordem da Rosa (por ter alforriado escravos), Comendador da Ordem de Cristo e Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, Barão (1876) e Visconde (1880) de Nacar, títulos estes provenientes do estabelecimento rural que possuía em Antonina e que se chamava Nacar, onde mantinha lavoura e engenho de arroz. Dono de apreciável

Localização: Rua Visconde de Nacar, 33.
Data da construção: 1856.
Proprietário: Prefeitura Municipal.
Tombamento estadual: Processo nº016/66. Inscrição n° 16, Livro do Tombo Histórico. Data: 22/12/1966.

Bibliografia: Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.
LACERDA, Maria Thereza B. de, POLINARI, Marcello. O Palacete Visconde de Nacar, notas datilografadas, CPHA, Curitiba, 1984.
LEÃO, Ermelino de. Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná, Curitiba, 1926/1929.
NASCIMENTO Jr., Vicente. Histórias, Crônicas e Lendas, Conselho Municipal de Cultura, Paranaguá, 1982.

fortuna, proprietário de um sem-número de imóveis em Paranaguá e de fazendas no interior do município, fundou o Hospital de Caridade, promoveu a construção do Mercado, a fundação e instalação da Companhia de Navegação Progresso, a escolha do Porto do Gato para a estação inicial da Estrada de Ferro do Paraná, dentre muitas outras iniciativas. Concluída a edificação do palacete em 1856, nele foi residir com a família, hospedando, em 1880, D. Pedro II e sua comitiva, quando da imperial visita à Província do Paraná e, em 1884, nele recebeu a Princesa Isabel, o Conde d'Eu e os filhos. Com a morte do Visconde, em agosto de 1893, por testamento a metade da propriedade passou para o primeiro filho do segundo casamento, João Guilherme Guimarães - que era gerente das suas casas comerciais e que, em 1910 a vendeu à Prefeitura Municipal, para que nela fossem sediados seus serviços e os da Câmara Municipal. Foi solenemente inaugurada, após breves trabalhos de conservação e reparos, em 29 de julho, 206° aniversário de fundação da cidade.

A edificação, que obedece às linhas neoclássicas, é de planta retangular, erguida no alinhamento da rua, em dois pavimentos. Na fachada, tanto do primeiro como do segundo piso, todas as envasaduras são emolduradas por requadros em massa, vergas em arco de meio-ponto, janelas divididas por quadrículos e encimadas por bandeiras fixas. No segundo piso, janelas rasgadas e varanda corrida com guarda-corpo em ferro trabalhado. A fachada é enquadrada por cunhais em massa e arrematada por platibanda vazada. No amplo saguão da entrada, originalmente em lajeado (posteriormente substituído por concreto e fragmentos de mármore) viam-se, nas paredes quatro painéis pintados representando o Comércio, a Indústria, a Lavoura e a Pesca e, na base de uma das quatro colunas laterais, placa em mármore comemorativa das datas de instalação do Município e da inauguração do prédio. No primeiro patamar da escadaria, em canela preta envernizada, foi instalado o vestiário e, de cada lado, estatuetas de bronze com focos de luz. Neste ponto a escadaria se bifurca em lanços opostos e que do acesso ao segundo piso, sobre vasta galeria central da qual se irradiam as demais dependências do edifício. As paredes, aí, se ornam de pinturas, dentre elas cópias de quadros históricos, como A Primeira Missa, de Vitor Meireles e Descoberta do Brasil, de Aurélio de Figueiredo. Essa galeria dá acesso ao Salão Nobre, com teto decorado em estuque, e de cujo centro pende enorme lustre de cristal. O Salão destinava-se primitivamente a solenidades. No Salão Nobre saliente-se, sobretudo, o belo retrato de corpo inteiro, em óleo sobre tela, do Visconde de Sinimbú, feito por Vitor Meireles. Do lado esquerdo do edifício, em vasta área, bem delineado jardim.

Até 1980, a Prefeitura de Paranaguá ocupou o Palacete Visconde de Nacar, quando se mudou para prédio de sua propriedade - o Palácio São José -, passando a Câmara a ter sua sede em imóvel alugado temporariamente para esse fim.

Em 1985 foi restaurado segundo projeto do Arquiteto Jeferson Dantas Navolar sendo as obras custeadas pela Prefeitura. Voltou, em seguida, a abrigar condignamente a Câmara Municipal.

Prédio da Alfândega

Localização: Praça Ubaldino do Amaral, Centro
Data da construção: 1911.
Autor do projeto: arquiteto Rudolf Lange.
Proprietário: Prefeitura Municipal de Paranaguá
Tombamento estadual: Processo nº023/90. Inscrição nº121. Livro do Tombo Histórico. Data: 08/11/1999.
Bibliografia: Arquivos da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná.

A Carta Régia de 22 de outubro de 1709 incorpora a antiga Capitania de Paranaguá à Capitania Geral de São Paulo. Apesar das perdas dos benefícios de Capitania, a Vila possuía um dos pontos de comunicação mais acessíveis da época: o Porto D. Pedro II. A Junta da Fazenda de São Paulo, devido à importância do porto, ordenou em 1827, a criação de uma alfândega, cuja instalação se deu no antigo Colégio dos Jesuítas, onde atualmente funciona o Museu de Arqueologia e Antropologia de Paranaguá.

Com a emancipação política do Paraná em 1853 e a implantação da estrada de ferro ligando Curitiba a Paranaguá em 1885, o Governo Federal ordenou a construção de um novo prédio para abrigar a Alfândega junto ao Porto D. Pedro II, no ano de 1889. O local escolhido não agradou aos comerciantes de Paranaguá, que protestaram enviando um telegrama ao governo, alegando que o local distava cerca de 3km do centro comercial da cidade, o que lhes causaria gastos extras. O telegrama foi publicado no Jornal de Paranaguá:

"Constatando pretender Governo mandar construir edifício nova Alfândega no Porto D. Pedro II logar pantanoso inconveniente e distante 3 km desta cidade, população, comércio unanimemente solicitação empregueis meios evitar similhante resolução que de nenhum modo de consulta interesses gerais aliados convencionais da localidade Governo provisório intuito acautelar interesses de toda espécie e satisfazendo geral aspiração população autorise construção edifício n'esta cidade onde não falta local apropriado". Paranaguá, 19 de novembro de 1889.

Contudo, a pedra fundamental do edifício da nova Alfândega foi lançada em 1903, no local estabelecido, sendo os responsáveis pelo projeto e obra o arquiteto Dr. Rudolf Lange e o engenheiro construtor Dr. João Carlos Gutierrez.

A Alfândega de Paranaguá instalou-se provisoriamente em 10 de abril de 1910, sendo inaugurada oficialmente em 28 de outubro do ano seguinte. A Fazenda Nacional ocupou por muitos anos a edificação, que também sediou a Agência da Receita Federal até 1975. Devido ao precário estado de conservação, a agência foi obrigada a mudar-se de endereço e no ano seguinte, a Prefeitura Municipal solicitou a cessão do prédio para ali instalar um centro cultural, com museu e biblioteca, além de promover sua preservação e restauração.

Sua arquitetura é eclética, obedecendo aos padrões dos edifícios públicos das primeiras décadas do século XX. Compõe-se de dois corpos. O principal é uma edificação de alvenaria de tijolo de dois pavimentos sobre planta retangular, completada por um torreão central de planta octogonal, arrematada por cúpula ornada por lucarnas e coroada por varanda de observação. Anexo a esse corpo, estende-se lateralmente um galpão, também de alvenaria, de um pavimento com cobertura em duas águas. Além da cúpula, merecem destaque os acrotérios em massa, dispostos sobre os ângulos e o tratamento em bossagem das paredes.